

História Diversa

Danila Barbosa de Castilho
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Danila Barbosa de Castilho

(Organizadora)

História Diversa

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H673 História diversa [recurso eletrônico] / Organizadora Danila Barbosa de Castilho. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-054-4

DOI 10.22533/at.ed.544192201

1. História – Estudo e ensino. 2. História – Filosofia. I. Castilho, Danila Barbosa de.

CDD 900.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A história preocupa-se com o estudo do homem no tempo. O tempo é compreendido como algo complexo, não linear e os documentos produzidos no passado são vestígios que podem ser interpretados sob diferentes perspectivas.

O conhecimento histórico é construído num processo constante de reflexão com os autores, as fontes e as relações sociais. Essa construção torna-se uma tarefa atenta aos contextos e com rigor quando o pesquisador problematiza suas fontes.

Neste processo de construção o passado é lido a partir do presente utilizando fontes – que podem ser escritas, orais, fotográficas, entre outras – e em diálogo com outras ciências como a filosofia, a sociologia, a teologia, a antropologia e etc.

Essa diversidade de fontes, temas e diálogos estão presentes nos textos apresentados nesta coletânea. Diferente das ciências exatas a história está sempre em busca dos porquês.

Ao encontrar uma possível resposta o historiador pode modificar análises feitas anteriormente e provocar novas investigações sob outros pontos de vista. Assim espera-se que esta obra possa, além de divulgar textos recentes, estimular novas pesquisas.

Boa leitura!

Danila Barbosa de Castilho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
AS LINGUAGENS DE LIDERANÇA EVANGÉLICA NA COMUNIDADE GÓLGOTA DE CURITIBA/PR NA CONTEMPORANEIDADE	
Maralice Maschio	
DOI 10.22533/at.ed.5441922011	
CAPÍTULO 2	20
SINCRETISMO RELIGIOSO NO BRASIL (COLONIAL): UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE ATRAVÉS DA OBRA <i>CASA GRANDE & SENZALA</i>	
Lidiana Gonçalves Godoy Zanati Ricardo Oliveira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5441922012	
CAPÍTULO 3	27
<i>PONTIFEX MAXIMUS</i> E MONARQUIA INGLESA: BIPOLARIZAÇÃO E DISPUTA DE PODERES NA ERA ELISABETANA	
Giovana Eloá Mantovani Mulza	
DOI 10.22533/at.ed.5441922013	
CAPÍTULO 4	43
SEM QUERER, QUERENDO: CATOLICISMO E POLÍTICA NA AUTOBIOGRAFIA DE ROBERTO GÓMEZ BOLAÑOS	
Priscila de Andrade Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5441922014	
CAPÍTULO 5	55
A AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA E A PRODUÇÃO DE REVOLUCIONÁRIOS NA DÉCADA DE 1960	
Olívia Candeia Lima Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.5441922015	
CAPÍTULO 6	67
A CONSTITUIÇÃO OUTORGADA BRASILEIRA DE 1824	
William Geovane Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.5441922016	
CAPÍTULO 7	75
A OCUPAÇÃO AMERICANA E A CONSTITUIÇÃO JAPONESA NO PÓS-GUERRA	
Douglas Pastrello	
DOI 10.22533/at.ed.5441922017	
CAPÍTULO 8	86
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES COTIDIANAS DE VIDA E DE TRABALHO NO VARGUISMO E NO PERONISMO	
Mayra Coan Lago	
DOI 10.22533/at.ed.5441922018	

CAPÍTULO 9	102
COM POUCOS TIJOLOS E MUITOS VOTOS: O CONJUNTO HABITACIONAL ITARARÉ E AS ELEIÇÕES DE 1978 (TERESINA-PI)	
Marcelo de Sousa Neto	
DOI 10.22533/at.ed.5441922019	
CAPÍTULO 10	119
FONTES ORAIS & HISTÓRIA POLÍTICA E OS ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL	
Pere Petit	
DOI 10.22533/at.ed.54419220110	
CAPÍTULO 11	128
O EXÍLIO COMO PRÁTICA DO TERRORISMO DE ESTADO (TDE): O CASO DE UM GRUPO DE GAÚCHOS EXILADOS NO CHILE (1970 -1973)	
Cristiane Medianeira Ávila Dias	
DOI 10.22533/at.ed.54419220111	
CAPÍTULO 12	141
CONHECENDO AS COMUNIDADES, FORTALECENDO SABERES	
Márcia Regina Bierhals	
Nóris Beatriz Costa Ney	
DOI 10.22533/at.ed.54419220112	
CAPÍTULO 13	149
EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS CIÊNCIAS HUMANAS: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA POPULAR NA FAZENDA LARANJAL EM ITAPURANGA	
Valtuir Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54419220113	
CAPÍTULO 14	161
O ESTAGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Cristina Aparecida de Carvalho	
Michelle Castro Lima	
Marco Antônio Franco do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.54419220114	
CAPÍTULO 15	175
O LÚDICO NO ENSINO DE ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: VALORIZAÇÃO DE NOSSAS RAÍZES	
Vanessa Cristina Meneses Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.54419220115	
CAPÍTULO 16	182
UMA EXPERIÊNCIA COM A HISTÓRIA ORAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA À LUZ DO LETRAMENTO	
Augusto José Savedra Lima	
Nilton Paulo Ponciano	
Marta de Faria e Cunha Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.54419220116	

CAPÍTULO 17	190
MULHERES <i>QUEER</i> : CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE MULHERES DJS	
Edson Sucena Junior	
DOI 10.22533/at.ed.54419220117	
CAPÍTULO 18	202
“LAÇOS DE PAPEL”: AS RELAÇÕES DE AMIZADE, CONFIANÇA E RESSENTIMENTO ESTABELECIDAS ATRAVÉS DA ESCRITA DE CARTAS DA BARONESA AMÉLIA PARA SUA FILHA AMÉLIA ENTRE OS ANOS DE 1885 A 1917 NA CIDADE DE PELOTAS/RS	
Talita Gonçalves Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.54419220118	
CAPÍTULO 19	213
A MULHER, TAL QUAL O PANTANAL SOBREPÕE AOS SEUS LIMITES - MIRELE GELLER, LIMITES ROMPIDOS	
Juliana Cristina Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54419220119	
CAPÍTULO 20	229
A RELAÇÃO GÊNERO-RAÇA EM <i>MARU</i> DE BESSIE HEAD	
Valdirene Baminger Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.54419220120	
CAPÍTULO 21	241
AGREMIÇÕES NEGRAS: CACUMBIS, RANCHOS, CORDÕES, BLOCOS CARNAVALESCOS E ESCOLAS DE SAMBA (FLORIANÓPOLIS, 1920-1955)	
Karla Leandro Rascke	
DOI 10.22533/at.ed.54419220121	
CAPÍTULO 22	256
ENTRE O RELATO E A ESCRITA: ORALIDADE E TEXTUALIDADE EM O. G. REGO DE CARVALHO	
Pedro Pio Fontineles Filho	
DOI 10.22533/at.ed.54419220122	
SOBRE A ORGANIZADORA	268

COM POUCOS TIJOLOS E MUITOS VOTOS: O CONJUNTO HABITACIONAL ITARARÉ E AS ELEIÇÕES DE 1978 (TERESINA-PI)

Marcelo de Sousa Neto

Universidade Estadual do Piauí
Teresina-PI

RESUMO: O contexto do processo de ocupação e expansão das cidades brasileiras, durante o período dos governos militares, representa o interesse central da presente pesquisa, que visa discutir o processo de ocupação populacional da cidade de Teresina (PI), bem como as estratégias de acesso à moradia, privilegiando problemáticas que envolvam histórias, memórias e as maneiras de se relacionar com o cenário urbano. Dessa forma, procuramos analisar os mecanismos de ocupação e disputas políticas existentes no Conjunto Habitacional Itararé, em um recorte que se estende de 1976 a 1996, analisando as estratégias de aproximação utilizadas por políticos junto aos moradores do conjunto e as táticas de resistência e reivindicações que estes assumiam em relação aos primeiros, tendo como cenário os pleitos eleitorais entre 1978 e 1996, momento em que se pode perceber o alinhamento ou resistência política dos moradores com os grupos políticos que motivaram a construção do residencial. Visamos discutir a história e memória desses moradores, destacando o seu protagonismo no cenário político-partidário da cidade em um ambiente que segregava de forma velada

parte da população empobrecida de Teresina. A pesquisa recorreu ao uso da metodologia da História Oral, mais especificamente a partir de entrevistas com trajetórias de vida e uso de entrevistas temáticas, como proposto por Lucília Delgado (2010), com os moradores mais antigos do bairro e que ainda residem na região.

PALAVRAS-CHAVE: História; Cidade; Memória; Política Partidária; Piauí.

WITH FEW BRICKS AND MANY VOTES:
The Itararé housing assembly and the elections of 1978 (Teresina-PI)

ABSTRACT: The context of occupation and expansion process of Brazilian cities, during the period of military governments, represents the central interest of the present research, which aims to discuss the populational settlement process of Teresina (PI), as well as strategies of access to housing, privileging matters that involving histories, memories and ways of relating to urban scenery. In this way, we intended to analyze the occupation mechanisms and political disputes existing in Itararé Housing, in a period extending from 1976 to 1996, analyzing the approach strategies used by politicians with to livers of the housing and resistance and claim tactics that they took in relation to the first ones, taking the context of the elections between

1978 and 1996, moment in which it's possible to notice the alignment or political resistance of the livers with the political groups that motivated the construction of the housing. We aim to discuss the history and memory of those livers, pointing out their protagonism political and party scenery of the city in an environment that secreted covertly part of the poor population of Teresina. The research resorts to the use of Oral History Methodology, more specifically apart interviews with life trajectory and use of thematic interviews, like it's purposed by Lucília Delgado (2010), with more ancient livers of the neighborhood and still live in the region.

KEYWORDS: History; City; Memory; Party Politics; Piauí.

1 | O ITARARÉ NO CENÁRIO DA POLÍTICA DE MORADIA POPULAR DOS GOVERNOS MILITARES

Com pouco mais de três décadas de história, o atualmente nomeado Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde, localizado na região Sudeste de Teresina, tornou-se centro da vida socioeconômica de um verdadeiro conglomerado de bairros que orbitam ao seu entorno e respondem hoje por uma população superior a 200 mil habitantes. Este bairro teve oficialmente constituído o início de sua história quando o governo do Estado apresentou ao Banco Nacional de Habitação – BNH, em 1976, o projeto “Conjunto Itararé” (BRASIL. BNH, 1976), nome que originalmente nomeou o conjunto habitacional.

Ao procurar deter o olhar sobre os primeiros anos de ocupação do conjunto, deve ser destacada a intensa e tensa relação entre moradores e o Estado, à medida que este intervinha de forma mais ou menos presente nos caminhos tomados pelos moradores, indicando funções, delimitando serviços, normatizando regras de convívio social, segregando-os do restante da cidade à medida que, como destaca Pesavento (2007) em estudo sobre as cidades, a sociedade criava suas próprias sociabilidades entre o desejado e o possível.

A construção do conjunto inseriu-se em um período chave para a compreensão dos contornos que Teresina assumia, a partir da década de 1960, e sentia os efeitos do que foi considerado um surto populacional, resultado das fortes migrações no sentido campo-cidade, o que seria ampliado na década de 1970 (FONTINELES, 2009; MONTE, 2010).

Teresina, por ser a cidade com melhores índices de desenvolvimento social e econômico do estado, passou a atrair grandes contingentes de migrantes que, como meio de sobrevivência, submetiam-se à condição de subemprego e sobrecarregavam um frágil sistema de serviços públicos da cidade (LIMA, 2010).

Em busca de melhores condições de vida, a maioria desses migrantes chegavam à capital sem condições mínimas para se estabelecerem, sendo acolhidos por uma cidade sem estruturas para acomodá-los e que recusava reconhecer qualquer situação que denotasse a contradição ao que, na época, era entendido como a

capital que vivenciava de maneira intensa o ideal modernizador e o seu discurso desenvolvimentista, ficando evidente o contraste entre o querer ser e as estruturas de que se dispunha (NASCIMENTO, 2007; MONTE 2010).

Assim, Teresina, o mesmo podendo ser dito acerca do restante do país, encontrava-se mergulhada em problemas sociais decorrentes do agravamento da questão urbana. Nesse cenário, a construção civil aparecia como ramo capaz de resolver a questão, e este período, portanto, foi visto como o período áureo dos investimentos habitacionais (LIMA, 2010 e 2003).

A construção do Conjunto Itararé insere-se como parte deste processo, que objetivava abrigar os migrantes de baixa condição social e, assim, escamotear a questão ao deslocar do alcance do olhar parte da população pobre do Estado, à medida que os retirava de áreas urbanas que vinham recebendo fortes investimentos imobiliários, a exemplo dos bairros Jóquei Clube, Fátima, São Cristóvão e Ilhotas (ARAÚJO, 2009).

Entretanto, as pessoas a que o Estado desejava silenciar, tornando-as alvo de seus projetos modernizadores, assumem, por suas táticas do fraco, como define Michael de Certeau (1994), o protagonismo da construção do Conjunto, produtoras de sua história e da cidade, por meio de suas vivências com o cenário urbano que lhes era possibilitado através do conjunto habitacional, entregue a elas como local de moradia e de convivência.

O Conjunto nasceu dentro de um processo de “modernização autoritária” e de especulação imobiliária, que afastava a população empobrecida da cidade dos centros administrativos e mesmo da população de maior poder aquisitivo. Como destacado por Medeiros, ele surgiu de

uma necessidade imediata de afastar os pobres, que moravam debaixo das pontes ou em terrenos invadidos nas “áreas nobres” da capital; num cenário de expansão da cidade e de forte especulação imobiliária, influenciando na valorização das terras localizadas entre o centro de Teresina e os conjuntos Dirceu I e II, que eram de proprietários ricos (2006, p. 18).

O conjunto teve como primeiro nome Conjunto Itararé, cuja primeira referência pela grande mídia consta em uma reportagem do jornal O Dia, em 13 de abril de 1976, que relatava a visita do então governador Dirceu Mendes Arcoverde às obras de outro residencial popular da cidade de Teresina na época, o Parque Piauí. Em um trecho da reportagem, o governador informava de seu interesse em erguer um novo habitacional com moradias mais simples e destinadas às famílias que percebessem uma renda mensal de até um salário mínimo na região do Itararé (GOVERNADOR... O DIA, 13 abr. 1976, p.03).

O nome Itararé se refere a um antigo sítio que se localizava na região e fazia parte do bairro São Cristóvão. Esse local sediou, durante o governo de Alberto Silva, a instalação do Terminal de Petróleo de Teresina, atraindo o interesse do poder público em relação à sua dimensão territorial. Como o novo habitacional havia sido construído nas suas proximidades, deram-lhe o nome do antigo sítio (NASCIMENTO, 2005). Os

primeiros moradores começaram a se instalar na região a partir de junho de 1977, em condições infraestruturais bastante precárias.

A implantação deste conjunto não significou apenas uma política habitacional do poder público na década de 1970, mas interferiu efetivamente na forma de sentir e de viver dos seus habitantes. Um exemplo disso é a conquista da moradia. Com o acesso a casa, esta transformada em lar, os primeiros moradores do Conjunto conseguiram o que muitos consideram como maior bem material conquistado. Como ressalta Gaston Bachelard, “na vida do homem, a casa afasta contingências, multiplica seus conceitos de continuidade [...] Ela mantém o homem através das tempestades da vida” (1996, p. 242).

A casa constitui-se então como um bem a ser alcançado, fonte de sentimentos e significados que puderam ser capturados por meio das fontes consultadas, em especial das fontes orais, haja vista a validade das orientações de Paul Thompson sobre a importância da oralidade para o entendimento das subjetividades humanas e sua relação com as diferentes camadas da vida humana.

A oralidade, como adotada no presente escrito, não é entendida como complemento ou superação de lacunas, mas como uma fonte tão válida e merecedora de zelo quanto as demais, pois como defende Paul Thompson, “toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras” (2002, p. 197).

É o que percebemos demonstrado na fala de uma das primeiras moradoras do conjunto Itararé:

Nasci e me criei no município de Luís Correia, em um lugar chamado Carapeba... eu trabalhei de roça, nasci e me criei trabalhando de roça, era trabalhadora mesmo, rural, como se chama... eu me casei com 16 anos e vim embora para Parnaíba, aí meu marido veio embora para trabalhar aqui, como sempre teve a dificuldade de serviço, aí ele se empregou aqui... ficou eu lá com os meninos e ele aqui, aí minha sogra disse: ‘Neide, filho cuidado longe de pai não dá certo’... Eu vim embora em [19]76, no dia 3 de março de [19]76... quando eu cheguei comecei a trabalhar de vender merenda... foi o tempo que houve as inscrições para o conjunto, aí eu fui me inscrever... [meu marido disse:] ‘Tu vai morar num lugar desse, imundo? Lá é muito feio, tu vai pra lá?’ Mas eu vou morar no que é meu, não vou morar em meio de rua...(SILVA, 2013).

O depoimento de Maria Neide revela muito de como a cidade significava o novo conjunto, como um lugar não desejado, sentimento também compartilhado pela moradora. Sentimento somente não maior que o desejo de possuir uma casa, independentemente dos sacrifícios necessários para obtê-la, sacrifícios que o tempo demonstrou serem muitos e duradouros, contrariando o discurso de preocupação social da política habitacional popular no período em estudo. Curioso ainda notar que, em seu relato, não representava mera retórica dizer que não moraria “em meio de rua”, haja vista que desde a sua chegada em Teresina, ela e a família moravam em ocupação irregular no bairro São Cristóvão, região leste da Capital.

Financiado pelo extinto Banco Nacional da Habitação - BNH, o conjunto foi erguido em duas etapas. A primeira foi realizada na administração do Governador Dirceu Mendes Arcoverde (1975-1979), quando o conjunto inicialmente foi nomeado de Itararé. Sua segunda etapa concluiu-se no governo de Lucídio Portella (1979-1983), recebendo o nome de Dirceu Arcoverde II, ambos ancorados no discurso de resolução do déficit habitacional na capital, em um período que revela muitas das contradições no discurso oficial de prosperidade e desenvolvimento urbano propagado na época.

A primeira etapa foi inaugurada ainda na década de 1970, período em que os investimentos em obras públicas de grande porte eram entendidos como símbolo de progresso e modernidade nos cenários nacional e local, cujos investimentos eram tratados como sinônimo do desenvolvimento urbano prometido pelos governos autoritários que governavam o país. Investir em conjuntos habitacionais era, portanto, entendido como mecanismo de contenção das tensões sociais e visto como a intervenção do poder público no tecido da “urbis moderna” (FONTINELES, 2009).

Durante o período, a construção civil destacava-se entre as estratégias de investimento adotadas pelos Governos Militares para enfrentar a crise econômica e os conflitos sociais decorrentes do agravamento da questão urbana vivenciada pelo país (LIMA, 2010).

Como observa Lima,

Do ponto de vista do poder dominante, o problema mais importante não era a casa, mas a abertura de oportunidades de emprego não só para absolver as massas de trabalhadores semiespecializados, mas também para mobilizar um sem-número de escritórios de planejamento e dar trabalho às firmas e indústrias da construção civil, forças até então paralisadas na economia brasileira. [...] Montado nessas bases, o BNH garantiu sustentação social e política ao regime militar e ao seu modelo econômico (2010, p.66).

Assim, com a necessidade de estimular a economia e legitimar-se junto à população, os governos militares concentraram ações na política habitacional, facilitando o acesso à casa própria por meio de estímulo à construção civil, que, por sua vez, auxiliaria na recuperação da economia, ao gerar emprego para expressiva parcela da população, aliviando, desta forma, as diversas tensões sociais vivenciadas no período, tendo no BNH um dos instrumentos para articular esses objetivos.

Como observa Maria Sílvia Barros Lorenzetti (2001), por seu caráter regulador do mercado de trabalho, a construção civil presta-se perfeitamente ao papel de aliviar as tensões sociais por sua capacidade de absorção de mão-de-obra. Desta forma, ainda em 1964, o Governo Federal “institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências” (Lei n. 4.380/1964), definindo a política habitacional no país.

Com metas bastante ousadas, os efeitos da lei e a atuação do BNH começam de forma lenta, ganhando maior dinamismo com a incorporação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, em 1966, e a implantação do Sistema

Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE, em 1967, que permitiram estruturar o Sistema Financeiro da Habitação -SFH. Desde a sua concepção, firma-se como princípio básico do SFH a auto sustentação financeira, realizada por meio da correção monetária sobre as prestações e a dívida, com o fim do retorno dos recursos captados e a lucratividade da operação. Entretanto, o modelo aplicado de considerar a habitação como uma mercadoria a ser comercializada, gerou distorções sociais graves, resultado da incompatibilidade entre o reajuste periódico das prestações e dos saldos devedores, e a baixa capacidade de pagamento das famílias de menor renda, agravado ainda pela posterior recessão econômica (LORENZETTI, 2001).

Assim, em seus primeiros anos, o BNH concentra suas ações nas camadas mais carentes da população, priorizando programas de remoção de favelados para apartamentos ou casas-embrião de conjuntos habitacionais.

Já no início da década de 1970, reconhecendo como clara a dificuldade do SFH em atender a população de menor renda, o governo federal instituiu o Plano Nacional de Habitação Popular - PLANHAP e do correspondente Sistema Financeiro da Habitação Popular - SIFHAP, atuando nos Estados por meio das Companhias de Habitação - COHABs, que, por sua vez, pouco alteraram o déficit habitacional do país por seu caráter segregador, considerando que os recursos alocados tornavam-se de difícil acesso à população de baixa renda, que não conseguia arcar com os custos financeiros dos contratos.

As dificuldades encontradas pelo BNH em cumprir seus objetivos já eram foco da atenção do então senador piauiense Alberto Tavares Silva, em 1980. Por ocasião de conferência na Associação Comercial Piauiense, acerca da questão habitacional e energética no Estado e em relação aos projetos habitacionais implantados pelo Banco, Silva observa:

À medida que alguns projetos foram sendo implantados, logo ficaram patentes dois fatores da maior importância, e que por muito tempo impediram o pleno desenvolvimento da iniciativa governamental, a saber, a incapacidade financeira dos Estados para arcar com o pesado ônus da infraestrutura de serviços como água, esgoto, energia, urbanização etc., e o baixo poder aquisitivo dos mutuários, na maioria dos casos ficando inadimplentes em pouco tempo, criando sério problema social para o programa das COHABs. [...] O que se tem visto é o espetáculo triste de uma família com seis a dez dependentes ocuparem uma casa com um quarto (SILVA, 1980, p.45-6).

Notadamente Alberto Silva referia-se às dificuldades enfrentadas pelo Conjunto Dirceu Arcoverde, por ele ainda nomeado de Itararé que, pelo mero acaso, relaciona-se de muito próximo ao exemplo da senhora Maria Neide da Silva, que chegou ao conjunto com seis filhos e poucos anos depois sua prole já chegava ao total de dez filhos. Dessa forma, as críticas de Silva exemplificam muitas das contradições resultantes do modelo de moradia popular adotado no país, muitas vezes excluindo a população que deveria priorizar. Como destaca Lorenzetti,

embora o déficit concentre-se nas camadas de mais baixa renda da população, boa parcela dos recursos do setor permanece alocada em financiamentos para

as classes de maior poder aquisitivo. Mesmo nos programas especificamente direcionados para famílias com renda de até três ou cinco salários mínimos, como é caso dos financiamentos feitos pelas COHABs, o atendimento é “elitizado”, com a concentração das aplicações efetivas no limite máximo. [...] O caráter elitista e concentrador de renda pode ser medido em números: até 1975, o total de investimentos do BNH relativos às faixas de renda situadas entre 1 e 5 salários mínimos não passou de 9% (2001, p. 18).

Em Teresina, apesar de seus limites, a política habitacional, implantada por meio da COHAB-PI, resultou em importantes alterações no tecido urbano da cidade, que intensificava suas contradições sociais à medida que a cidade espalhava-se em diversas direções, exemplificada, como interesse do presente trabalho, por meio da construção do conjunto Itararé.

Na construção do conjunto, a ação governamental na cartografia social e urbana da cidade não se caracterizou pela supressão das demandas sociais vivenciadas pela população atendida, nem tampouco supriu as deficiências infraestruturais pós-inauguração, condição esta que colabora para entender muitas das carências sentidas por habitantes residentes em Teresina na época, elementos que permitem ao pesquisador, como destaca Pesavento (2007), discutir novas formas de sociabilidade que vão compor o quadro urbano que se deseja analisar.

Após sua conclusão, o conjunto foi entregue aos seus moradores sem inauguração oficial e em meio às mais precárias condições de saneamento e serviços públicos. Sem energia elétrica e sem serviço de água encanada, sem calçamento, sem um sistema de saúde adequado e um ineficiente sistema de transporte coletivo, o que proporcionou nascer em seu seio uma forte identidade reivindicatória, de luta por melhorias infraestruturais necessárias a uma melhor qualidade de vida de seus moradores. Dessa forma, à medida que os moradores começavam a ocupar as casas e a iniciar as transformações dos espaços do conjunto, estes também começavam a se articular e a ganhar representatividade no cenário político partidário da cidade, o que será tratado a seguir.

2 | ITARARÉ: DE INDESEJADO PROBLEMA A DESEJADO COLÉGIO ELEITORAL

Com a ocupação das casas do Itararé pelas 3.040 famílias previstas pelo projeto inicial e começadas as obras de ampliação do conjunto, que receberiam mais 4.254 casas, seus moradores começaram a despertar atenção para sua representatividade no coeficiente eleitoral da cidade. Sua importância pode ser verificada, por exemplo, a partir da mudança do nome do Conjunto e o desejo de perpetuar, na memória da população, a imagem de um de seus governantes, Dirceu Mendes Arcoverde, estabelecendo para seus moradores, por meio do nome do conjunto, um importante “lugar de memória” (NORA, 1993).

Em 3 de abril de 1979, os jornais O Estado e O Dia publicaram matérias destacando o desejo da comunidade do Itararé, representada pela Associação Unida do Itararé, de mudar o nome do conjunto para Dirceu Arcoverde, em homenagem ao ex-governador,

recém falecido após assumir cadeira no senado (MORADORES... O Estado. 03 abr. 1979, p. 01; e SETE MIL... O Dia, 03 abr. 1979, p.04).

Para o vereador Jerônimo Rodrigues Alves, ex-assessor de Dirceu Arcoverde e autor do requerimento que pedia a mudança do nome do conjunto, a alegação era que

[...] Dirceu Arcoverde quando governador do Estado demonstrou preocupação com as famílias de menor poder aquisitivo ao construir mais de três mil casas no conjunto Itararé destinadas a pessoas que ganham entre um e três salários mínimos. Tomou por base, também o fato do próprio povo pedir a denominação de Dirceu Arcoverde para o conjunto Itararé, como mostra um documento contendo quase oito mil assinaturas de moradores do conjunto, dando força ainda mais ao Projeto de lei apresentado à Câmara Municipal (NOME... O Dia, 03 abr. 1979, p. 04).

Após votação tranquila, que contou com o apoio de todos vereadores arenistas e emedebistas, foi aprovado o requerimento apresentado, mudando o nome do conjunto para Dirceu Arcoverde que, posteriormente, seguiu para ser sancionado pelo prefeito Raimundo Bona Medeiros (NOME... O Dia, 03 abr. 1979, p. 04).

É importante salientar que a iniciativa de mudança para o nome do conjunto partiu da Associação Unida do Itararé, entidade fundada a 24 de janeiro de 1978, tendo à frente o senhor Francisco de Assis Alves, mais conhecido como “Chico Alves”, suplente de vereador pela ARENA e funcionário da Secretaria de Trabalho e Ação Social, que foi enviado para o Itararé com objetivo de desenvolver uma política de atendimento e apoio aos habitantes do conjunto.

Vinculado partidariamente aos governos de Dirceu Arcoverde e Lucídio Portella, condição que lhe permitiu acesso à posição privilegiada no cenário político da cidade e destaque em disputas eleitorais futuras, Francisco Alves foi responsável por articular e apresentar ao presidente da Câmara Municipal de Teresina, vereador Moisés Elias Caddah, um abaixo-assinado com mais de sete mil assinaturas reivindicando a mudança do nome do conjunto.

Ao ser lembrada a relação entre memória e lugares, em que as memórias individual e coletiva têm nos lugares uma referência importante para a sua construção (NORA, 1993), a mudança do nome do conjunto serviria ao propósito de manter viva na memória dos seus moradores a imagem do governante que permitiu o acesso àquela população à moradia tão sonhada e, juntamente com esta memória, a imagem do grupo político a que Dirceu era vinculado.

Pode-se, ainda, ao discutir a mudança do nome do Conjunto, substituído pelo nome de uma proeminente figura política do Estado, fazer inferências às reflexões de Michael Pollack acerca da memória coletiva e sua capacidade de produzir um sentimento de pertencimento às fronteiras socioculturais, quando este destaca que a memória coletiva de um determinado grupo “ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais” (1989, p. 03). Desta forma, pode-se inferir que a mudança do nome gerou, e continua a gerar, reverberações na memória coletiva dos moradores

do conjunto e da cidade, por meio de uma reelaboração da memória coletiva resultante desta mudança.

Por outro lado, houve também um movimento de resistência haja vista que muitos moradores recusaram adotar o novo nome, o que implicou na adoção simultânea dos dois nomes, repercutindo até o presente, onde é possível encontrar moradores que ainda denominam a região como Itararé.

Os lugares, e como estes são significados, são importantes referências na memória dos indivíduos e, por consequência, as mudanças empreendidas nesses lugares, inclusive em sua denominação, repercutem na vida e na memória dos grupos. Como alerta Halbwachs (1990), a memória aparentemente mais particular remete a um grupo, onde cada indivíduo carrega em si lembranças saturadas pelo coletivo, de maneira que, ainda que não se esteja em presença destes, os sentidos se constituem a partir do emaranhado de experiências coletivas percebidas como unidade, que parecem ser somente do indivíduo.

Ainda segundo este autor, dificilmente se pode lembrar fora deste quadro de referências coletivas, onde o outro ocupa papel de destaque nos processos de produção da memória e da rememoração, que se modificam e se rearticulam conforme a posição que se ocupa e as relações que se estabelecem.

Nesse sentido, a mudança do nome do conjunto trazia em seu esteio o desejo de fortalecer os vínculos daquela população com a memória construída acerca do governante recém falecido, e por conseguinte, com o modelo político partidário que representava, e que seria renovada a cada dia pelos moradores do conjunto que, com as 7.294 famílias beneficiadas em suas duas etapas, sinalizando para um potencial político que não podia ser desprezado, e que se confirmou com a eleição, em 1982, de Maria Irmani Campos Veloso Alves, assistente social, líder comunitária e esposa de Francisco Alves, como vereadora por Teresina, pelo Partido Democrático Social (PDS).

Irmani Veloso, como conhecida por seus eleitores, pôde contar com o forte apoio dos moradores do conjunto para compor os seus 2.626 votos obtidos. Sua eleição, bem como a mudança do nome do conjunto está diretamente relacionada às marcas do modelo político empreendidas pelo governador Dirceu Arcoverde, que procurava associar sua imagem à promoção social e valorização do homem (SANTOS, 1982), tentando romper com os ideais que marcaram o governo que lhe antecedeu, de Alberto Tavares Silva, que, por sua vez, enfatizava a importância das obras públicas e de valores como a técnica, a ciência e o progresso como elementos que permitiriam o Piauí inserir-se no “Brasil Grande Potência”, ideia difundida em todo o país no período (FONTINELES, 2009).

Nessa perspectiva, em seu discurso de governo, Dirceu Arcoverde difundia como sendo prioridade de sua gestão o setor social, ao comprometer-se em reduzir a miséria e o desemprego em todo o estado, por meio do fortalecimento aos setores de assistência social, ao apoiar as ações da Secretaria de Trabalho e Ação Social e por

meio da política habitacional, esta a cargo da COHAB-PI (SANTOS, 1982).

A importância da assistência social como marca de seu governo foi mesmo reafirmada pela criação da própria Secretaria de Trabalho e Ação Social que, segundo o vice-líder do governo na Assembleia Legislativa do Estado, deputado Carlos Augusto, possuía por meta “promover o bem estar social do homem piauiense” (CRIAÇÃO... O Dia, 23 e 24 mar. 1975, p.05), o que seria reafirmado anos depois pelo prefeito da Capital, Raimundo Wall Ferraz. Por ocasião da entrega de um posto médico e de uma ambulância no Conjunto, o prefeito destacou em sua fala o compromisso social do governo de Dirceu Arcoverde, ao afirmar que “distancia[va]-se das obras de fachada para cuidar dos problemas sociais” (GOVERNADOR... O Dia, 28 out. 1977, p. 08).

A centralidade semântica da defesa social do homem ganhou destaque nas falas do governador Dirceu Arcoverde desde seu discurso de posse (PIAUI, 1975) e manteve-se até o final de seu mandato, figurando o conjunto habitacional Itararé como um dos ícones de tal proposta governamental e de propaganda.

Estas mesmas marcas também deram sustentação ao seu discurso como candidato ao senado, o que permitiu uma maior penetração de suas propostas junto aos segmentos da população de menor renda do Estado, onde a construção do Itararé ganhou destaque em sua campanha eleitoral, ressignificada como favor pessoal do então governador, resultando no apoio massivo de seus moradores, que, apesar de não serem determinantes para sua eleição, contribuíram significativamente, e deram esmagadora maioria dos votos ao candidato Dirceu Arcoverde no colégio eleitoral a que pertencia o Conjunto.

Cargo	Candidato	Partido	Votação	Situação
Senador				
	ALBERTO TAVARES SILVA	NÃO INFORM	260.007	Não Eleito
	DIRCEU MENDES ARCOVERDE	NÃO INFORM	290.218	Eleito
	VOTOS BRANCOS	-	31.837	-
	VOTOS NULOS	-	16.191	-

Eleições 1978 - Resultado para Senador

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-para-senador-suplente-senador-deputado-federal-deputado-estadual-1978>>. Acessado em: 04 de abr. 2016.

Para que se exemplifique a importância política do Itararé para a eleição de Dirceu Arcoverde ao Senado, em 1978, basta que seja lembrado que em Teresina, em todos os outros colégios eleitorais da capital o concorrente de Dirceu, o ex-governador Alberto Tavares Silva, teve maior número de votos, perdendo apenas nas urnas do Itararé, fato que o motivou a pedir - e conseguir realizar - a recontagem de votos das urnas do Conjunto (SILVA, 2008, p.27), mas sem alterar seu resultado final.

Entretanto, as eleições de 1978 apenas deram início a uma série de embates políticos eleitorais no Conjunto, onde as eleições de seus primeiros vereadores, anos

depois eleitos com forte participação de votos de moradores do Itararé, representaram momentos importantes de sua história. Partidos políticos e movimentos populares passaram, assim, a atuar de forma mais efetiva no Conjunto, ainda que de forma violenta, na defesa de interesses ou reagindo a situações consideradas por seus protagonistas como insuportáveis.

Entre os personagens de destaque no cenário político partidário no Itararé, destacaram-se, como já apresentados, Chico Alves e Irmani Veloso, agentes representantes do Governo do Estado no Conjunto e que se sobressaíram também como lideranças políticas.

Tendo sua imagem difundida no Conjunto por seu trabalho como assistente social, Irmani Veloso lançou-se candidata a vereadora nas eleições de 1982 pelo PDS (Partido Democrático Social), contou com o apoio de seu esposo e suplente de vereador, Chico Alves, saindo-se vitoriosa com um total de 2.626 votos, em sua maioria oriundos das urnas do Itararé.

Para que se possa exemplificar a importância do Itararé para o cenário político partidário da cidade, Chico Alves, candidato a vereador pela ARENA nas eleições de 1976, anteriores à existência do Conjunto, obteve um total de 1.161 votos, rendendo-lhe apenas a condição de suplente, o que deixou evidente a necessidade de novas estratégias para ampliar o número de votos necessários para eleger-se vereador, surgindo o Itararé como resposta.

Como observa Medeiros (2006), os esforços pela busca de votos concentraram-se na figura de Irmani Veloso, que reconhece que a decisão de se candidatar não nasceu de seu desejo, mas de circunstâncias que podem ser observadas em depoimento da mesma:

A desistência do meu ex-marido em não mais sair candidato, a pressão dos próprios moradores e do meu esposo, que não achava justo entregar todo nosso trabalho a outra pessoa, já que não teriam para comunidade compromisso igual ao nosso (VELOSO, apud., MEDEIROS, 2006, p. 27).

Em seu depoimento, fica externalizada a conveniência familiar daquele que poderia atrair maior número de votos em um embate eleitoral, mas também um sentimento de posse sobre o Conjunto ao não pretender entregar, em suas palavras, “todo o nosso trabalho a outra pessoa”.

Mas quem era essa outra pessoa, ou pessoas, a quem a ex-vereadora referia-se? Em estudo sobre as manifestações políticas no conjunto Dirceu Arcoverde, Manoel Sousa Medeiros (2006) destaca que paralelamente ao fortalecimento do PDS e do grupo político representado no Conjunto por Irmani Veloso, começavam a emergir vozes discordantes do modelo político estabelecido, a partir de movimentos eclesiais na região ligados à Igreja Católica, em especial um grupo nomeado de Juventude Franciscana, ou JUFRAN como ficou conhecido, que passou a se opor sistematicamente ao Governo do Estado no Itararé.

As disputas entre o grupo político representado por Irmani Veloso e os membros

do JUFRAN assumem especial destaque no presente escrito uma vez que seus desdobramentos ajudaram a compor o cenário político partidário da cidade alguns poucos anos depois.

O JUFRAN nasceu entre as ações promovidas pela paróquia de São Francisco de Assis, como movimento eclesialístico de jovens que propunha dar conforto espiritual e assistência social aos seus moradores, mas que começou a ganhar também contornos políticos em suas ações, tornando-se a principal oposição aos representantes do Governo do Estado no Itararé, sobretudo por suas reivindicações por melhorias infraestruturais e sociais para o Conjunto.

O grupo foi responsável pela formação, ou ao menos o despertar, de lideranças importantes para a história do Conjunto e da cidade que, ao promover a reflexão religiosa de acolhimento do outro e da igualdade entre as pessoas, fomentou também o engajamento político para a garantia de direitos.

Essa trajetória do JUFRAN é lembrada por um de seus antigos membros, Humberto Coelho Silva, ao destacar:

quando eu cheguei, tinha todo um movimento organizado pela Igreja Católica. Por aqui tinha frades, o Frei Domingos, e as irmãs que já moravam aqui no bairro quando eu cheguei, o Frei Domingos era quem dava assistência uma vez por semana, e aí eu me engajei, aí tinha também o grupo JUFRAN, que era um grupo ligado à igreja, mas um grupo muito engajado na vida social e política do bairro. O JUFRAN que não era um grupo com características de muitos desses grupos de jovens que a gente conhece hoje, da igreja católica, que a ação é muito voltada para questão interna da igreja, o JUFRAN, participava da vida social e política do bairro, era assim um espaço da reunião da juventude, e gerava assim a organização, a participação das pessoas, dos jovens, a gente refletia além dessa questão do engajamento da igreja, mas tinha também a parte da formação, de uma preocupação muito grande que o grupo tinha que era a formação intelectual da gente (SILVA, apud. MEDEIROS, 2006, p.29).

Por meio do JUFRAN, a juventude do bairro procurava visibilidade, expor suas ideias e construir a crítica ao Governo do Estado e Governos Militares, sentidos àquele instante como responsáveis por muitas de suas dores e de seus familiares, personificados por eles à época pelos representantes do Estado no Conjunto, Irmani Veloso e Chico Alves.

Os atritos foram inevitáveis, cada segmento defendendo seu ponto de vista como lógico e justo. Acerca da resistência ao seu trabalho no Conjunto, Irmani Veloso, em entrevista concedida a Manoel Sousa Medeiros, lembra:

O poder sempre incomoda, causa invejas e inimigos, principalmente para os incompetentes que em vez de trabalhar, atacam os que trabalham. O crescente desenvolvimento do Dirceu, os resultados eleitorais atraem muitos adversários, muitos corruptions, aqueles que não fazem nem seus ninhos, usam os dos outros locais, tivemos o PC do B, do Osmar Júnior, atual vice-governador, tão diferente ideologicamente, que era representado pelo ex-vereador Anselmo Dias. (...). Eles faziam movimentos sociais para protestarem as nossas ações. Digo sinceramente, nunca me irritaram, considerava um direito que tinham. Contudo, o meu ex-marido reagia e muitas vezes com violência (VELOSO, apud. MEDEIROS, 2006, p.30).

No depoimento da ex-vereadora resta claro o incômodo causado por seus

opositores que deixaram marcas importantes em sua memória e de como a ressignifica, ao transparecer que suas ações e intenções para a melhoria do Conjunto não eram compartilhadas por toda a comunidade e de que esta se mobilizava de forma efetiva no enfrentamento no campo das ideias e mesmo no enfrentamento físico, ao reconhecer que seu marido, à época, “reagia e muitas vezes com violência” aos opositores.

O evento lembrado pela ex-vereadora refere-se a um episódio, em 1982, envolvendo seu ex-marido, Chico Alves, e José Anselmo Oliveira Dias, líder comunitário mais tarde eleito vereador de Teresina pelo PC do B.

Por ocasião do encontro de membros do JUFRAN, Irmani Veloso e Chico Alves em uma reunião que acontecia em uma invasão de terras nas imediações do Itararé, que ganhou o nome de Boa Esperança, ânimos se exaltaram, resultando em ameaças e na intervenção conciliatória da própria população, mas que deixaram mágoas que foram logo cobradas.

No dia seguinte à reunião, Anselmo Dias, um dos membros do JUFRAN que teria sido ameaçado durante a reunião na invasão Boa Esperança relata que foi fisicamente agredido:

(...) Aí eu estava saindo para universidade que ficava a parada de ônibus bem na porta da casa dele, ali quase e ele aproveitou a oportunidade, ele pessoalmente me bateu, me fez lesão corporal, só não me matou porque não quis mesmo, (...) Mas ele me bateu bastante, me chutou, me bateu de revólver na cabeça, no ouvido, na boca né (...) Depois fizemos pichação em vários muros do conjunto, aqui mesmo nesse muro da UESPI, era todo pichado com essa palavra de ordem: pistoleiro não dá pé pra morar no Itararé, fora Chico Bala (DIAS, apud. MEDEIROS, 2006, p.30-1).

O que se pode observar pelo depoimento de Dias é a instabilidade política vivida no Conjunto, provocada pela consciência de sua representatividade no cenário político partidário no Itararé e pelas disputas entre aqueles que desejavam ser os legítimos representantes de seus moradores.

Acerca do episódio, fortemente marcado nas memórias de Dias, este ganhou tons mais amenos em relato de Chico Alves sobre o mesmo. Mais de duas décadas depois do ocorrido, já divorciado de Irmani Veloso e fortemente engajado em uma Igreja evangélica, Chico Alves ressalta que seus opositores no JUFRAN eram muito agressivos, mas que isso era apenas a rebeldia da juventude, e lembra,

era só folia da juventude, porque na verdade quem era visto do lado dos militares era, né. Você sabe que naquele tempo as pessoas se revoltavam mesmo, esse que é vice-governador era muito amigo do Anselmo que vivia aqui dentro. (...). Na época foi uma coisa assim né, porque eles eram muito agressivos, de todo jeito é de baderna mesmo, o Anselmo era muito novo, mas hoje, eu tenho uma amizade muito grande com o Anselmo, muito grande, admiro o Anselmo como pessoa. Inclusive quando ele ganhou como vereador eu fui um dos primeiros a ir lá parabenizar ele, e me tornei amigo dele. Certo, se houve algum atrito, foi coisa mesmo da política e ele era jovem, eu era jovem (...),foi uma coisa lamentável, uma coisa, como te falei há pouco, coisa que acontece, coisa que acontece, você não sabe nem porque(...) eu acho que tudo aquilo que você faz que é irracional, a gente se arrepende (DIAS, apud. MEDEIROS, 2006, p.32)

Irmani Veloso ainda se reelegeu vereadora nas eleições de 1988, com 1.630 votos pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e, ao relembrar seu trabalho na comunidade do Itararé, depois Dirceu Arcoverde, a ex-vereadora destaca seu compromisso com a comunidade e com a população mais carente ao ressaltar,

Primeiramente, política para mim nunca foi fim, mas sim, meio de servir e principalmente aos mais carentes. Tudo fizemos para melhorar a vida dos que aqui residiam e prova é que o Dirceu apresenta um desenvolvimento superior a bairros muito mais antigos. Não lutava por causa do povo, mas por causas nossas, já que também era uma moradora. Agia em todas as frentes: assistencial, política e de desenvolvimento (VELOSO, apud. MEDEIROS, 2006, p.35).

No fragmento do relato, a ex-vereadora se posiciona como uma igual aos demais moradores, porque também era moradora, e que lutava pelos moradores do Conjunto e por si. Entretanto, em seu depoimento a mesma minimiza as condições em que chegou ao Itararé, como representante do Governo do Estado, o que por si já a tornava diferente. Minimiza ainda o fato que nem toda a comunidade compreendia da forma retratada o trabalho realizado por ela no Conjunto, como é possível verificar em relato de uma antiga moradora ao descrever uma relação muito próxima entre assistência e controle sobre os moradores do Itararé,

(...) Eu achei que foi boa naquela época, não sei se no caso de hoje fosse igual, pois antes o povo era carente de informações. Eles se deixavam entender que ela era a dona de tudo e em cada repartição pública era um verdadeiro curral eleitoral. No caso, ela achava que ali ela, ela aquele povo, ali era dela, quer dizer, é o cara trabalhava numa escola aí aquela escola era manipulada com essa questão da política né... (OLIVEIRA, apud. MEDEIROS, 2006, p.35).

Talvez o não reconhecimento, ou descontentamento, em relação ao trabalho realizado junto aos moradores do então Dirceu Arcoverde tenha ficado patente nas eleições de 1992, quando candidata à reeleição, Irmani Veloso, pela mesma legenda partidária, não conseguiu mais eleger-se e desde então não se candidatou a cargo eletivo.

Quatro anos depois, nas eleições de 1996, um dos antigos líderes do JUFRAN, Anselmo Dias, elegeu-se vereador por Teresina pelo PC do B, com um total de 2.627 votos, em sua maioria obtidos em urnas do Dirceu Arcoverde. Sua eleição representou parte dos desdobramentos que tiveram sua origem quase uma década antes e que continuaram a reverberar nas décadas que se seguiram.

Observa-se, entretanto, que a rejeição ao modelo político representado por Irmani Veloso e a vitória de um representante de movimentos populares do Conjunto, Anselmo Dias, insere-se em um contexto mais amplo de mudanças. A nível nacional, com o fim dos Governos Militares e, sobretudo, a nível local, com o retorno ao Governo do Estado de Alberto Tavares Silva, em 1987, opositor ao grupo político na qual Irmani Veloso se filiava, fazendo com que esta perdesse importantes apoios ao desenvolvimento de seu trabalho, refletindo em sua não reeleição em 1992.

Como representantes do Governo do Estado, Irmani Veloso e Chico Alves assumiram um protagonismo importante para fixação e assistência de moradores e

dos contornos assumidos pelo Conjunto no início de sua história, em uma época que os governos estadual e municipal tinham o interesse da retirada da população pobre de algumas áreas da cidade e enviá-los para o Itararé, projeto vitorioso ao se observar o processo de crescimento do mesmo.

Em seu propósito, o Governo do Estado e seus representantes no Conjunto passaram a receber a sistemática crítica de parte de seus moradores e movimentos populares organizados, a exemplo do papel assumido pelo JUFRA, representantes de segmentos de jovens do Conjunto, que mesmo tendo em sua origem objetivos religiosos, passou a ganhar forte conotação político-partidária de esquerda.

Da disputa entre os representantes de cada segmento, muitos de seus desdobramentos, que tiveram seus primeiros capítulos escritos nas disputas eleitorais de 1978, ajudaram e ainda ajudam a compor a tanto a história do Conjunto como da cidade.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com a saída prematura de Dirceu Arcoverde do cenário político do Estado, por seu falecimento, pouco após ter assumido cadeira no Senado Federal, novas disputas pelo controle político do Estado e da cidade iniciaram-se e, em meio a estas, os moradores do Itararé inseriram-se com a pauta da busca por melhores condições de sobrevivência, desejando também fazer parte dos sonhos da cidade que os empurrou para suas margens, fazendo surgir uma nova face de Teresina que, por meio da pesquisa, é dada a conhecer.

Como destaca Certeau acerca das cidades,

tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada. As redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra (1994, p. 171).

A cidade tem sua “história múltipla”, histórias que se entrecruzam e permitem que se aproximem de suas diversas faces e a cada uma destas se façam questões que a ressignificam, viabilizando o surgimento de uma cidade até então desconhecida. De alguma forma, é a esta missão que se propõe o presente texto ao apresentar algumas das faces da cidade, fazendo surgir a possibilidade de uma cidade nova, ressignificada por seus usuários.

O Itararé, como sonho e pesadelo, constituiu-se como uma das faces da cidade de Teresina. Criado com o propósito de “desfavelamento” da zona leste da capital piauiense, e em meio às políticas habitacionais promovidas pelos governos militares a fim de conter as tensões sociais, o Conjunto foi entregue aos seus moradores com problemas infraestruturais sérios, o que fez com que muitos de seus habitantes

desistissem de suas casas. Muitos outros, entretanto, permaneceram e passaram a interferir de forma efetiva na transformação dos espaços do conjunto, escrevendo novos capítulos da história do residencial e da cidade.

As eleições para o senado, disputadas por Dirceu e Alberto Silva, marcam apenas um dos capítulos da história do Conjunto e o início de outras disputas e novas histórias que se seguiram ao longo da década de 1980, onde os moradores do Itararé foram personagens de destaque e protagonistas de disputas mais simples, como a de morarem com dignidade, em lutas que se repetem e alongam-se até os dias de hoje e que fizeram do “Grande Dirceu”, herdeiro legítimo do indesejado Itararé, uma das belas faces assumidas por Teresina, e que ajudam a recontar a história da cidade e de sua gente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cristina Cunha de. **Trilhas e estradas: a formação dos bairros Fátima e Jockey Clube (1960-1980)**. Teresina: Dissertação - PPGHB-UFPI, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRASIL. BNH. **Contrato de empréstimo entre o BNH e a COHAB-PI**, com a interveniência do Estado do Piauí [Projeto: Itararé. Objeto: 3040 casas]. Rio de Janeiro, 30 jun. 1976.

CERTEAU, Michael. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CRIAÇÃO DE SECRETARIAS. **O Dia**, 23 e 24 mar. 1975, p.05.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DIRCEU VISITA OS CONJUNTOS E DIZ ESTÁ SATIFEITO. **O Dia**, 13 abr. 1976, p. 03.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. Universidade Federal do Pernambuco [Tese de Doutorado], 2009.

GOVERNADOR HOMENAGEADO NO ITARARÉ. **O Dia**, Teresina, 28 out. 1977, p. 01.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **As Multifaces da Pobreza: Formas de Vida e Representações Simbólicas dos Pobres Urbanos**. Teresina: Halley, 2003.

LIMA, Antonia Jesuíta. **FAVELA COHEBE: Uma história de luta por habitação popularem Teresian - PI**. 2ª. ed. TERESINA: EDUFPI, 2010.

LORENZETTI, Maria Sílvia Barros. **A questão habitacional no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados [Estudo], 2001. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1469>>, acessado em 16 set. 2014.

MEDEIROS, Manoel Sousa. **A redemocratização e às manifestações políticas no bairro Dirceu Arcoverde** (1984 a 1985). Teresina: Universidade Estadual do Piauí – Campus Clóvis Moura, 2006. [Monografia de Conclusão de Curso].

MONTE, Regianny Lima, Memória e (res)sentimento em torno do processo de modernização de Teresina durante a década de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do (org.). **Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras**. Teresina EDUFPI; Imperatriz, MA: Ética, 2010.

MORADORES DO ITARARÉ NA CÂMARA PEDINDO MUDANÇA. **O Estado**, Teresina, 03 abr. 1979.

NASCIMENTO, João Batista Sousa do. **Itararé: um olhar histórico e social entre 1976 e 1983**. Teresina: Universidade Estadual do Piauí – Campus Clóvis Moura, 2005. [Monografia de Conclusão de Curso].

NOME DE DIRCEU PARA O ITARARÉ. **O Dia**, Teresina, 03 abr. 1979, p. 04.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História: Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, 1993.

PASAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista brasileira de história**, São Paulo. vol.17. n° 53, julho de 2007.

PIAUÍ. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Governador Dirceu Mendes Arcoverde, em 01 de março de 1975. Teresina, Assembleia Legislativa do Piauí, 1975.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

SANTOS, José Lopes dos. **Dirceu Arcoverde: missão cumprida**. 2 ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. 1982.

SETE MIL PEDEM NOME DE DIRCEU PARA ITARARÉ. **O Dia**, Teresina, 03 abr. 1979.

SILVA, Alberto Tavares. Conferência na Associação Comercial Piauiense (06 de julho de 1980). In: _____. **Minha lutas por um Piauí melhor**. Vol 3. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

SILVA, Laerte Carson Sampaio e. **Dirceu: uma história de conquistas (1980-2006)**. Teresina: UFPI [Departamento de História e Geografia. Monografia], 2008.

SILVA, Maria Neide da. Entrevista concedida a Verônica Viana de Sousa, em 15 out. 2010. In: SOUSA NETO, Marcelo de. **De muitos sonhos e poucos tijolos: Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde, história e memória (Teresina-PI, 1976-1986)**. Universidade Estadual do Piauí [Relatório de pesquisa], 2013.

SILVA, Mariane Vieira da. **Nas Entrelinhas Da História: as primeiras instituições educacionais no cenário urbano do Itararé (1978-1983)**. Teresina: UFPI [Monografia], 2013.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-054-4

